

# **IMPACTO DA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DE CARNE BOVINA NA VENEZUELA, 1997-2014<sup>1</sup>**

Charmel, Kiupssy<sup>2</sup>  
Ordóñez, Jorge Aníbal<sup>3</sup>  
Carrer, Celso<sup>4</sup>

Recibido: 25-08-2016    Revisado: 20-09-2016    Aceptado: 28-07-2017

## **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de fontes secundárias de informação, os efeitos das políticas agroalimentares econômicas e setoriais sobre o abastecimento de carne bovina na Venezuela durante o período 1997-2014. Os principais resultados revelaram que a produção nacional de carne bovina na Venezuela decresceu a uma taxa anual de 2,22% entre 1997 e 2014 (mesmo considerando o abate de bovinos importados). Ao mesmo tempo, a quantidade de carne oriunda de animais importados no mercado interno cresceu até alcançar um máximo de 58,51% do abate nacional, em 2014. Isto significou um decréscimo real da produção doméstica de 66,67% entre os anos de 1997 e 2014. Neste contexto, a produção doméstica *per capita* diminuiu de 18,31 kg/habitante (em 1997) para um mínimo de 3,97 kg/habitante (em 2013). Para o atendimento da demanda doméstica passou-se a contar, crescentemente, com importações de carne *in natura* que cresceram em volume inicial de 0,59 mil toneladas (t) de equivalente carcaça (em 1997) para um máximo de 307,57 mil t em 2008. A taxa de penetração das importações de carne bovina equivalente (carne e bovinos em pé) resultou em 79,54% do atendimento da demanda doméstica em 2013 (cerca de 15,45 kg/habitante/ano).

**Palavras-chave:** abastecimento, carne bovina, demanda doméstica, importações, política comercial, produção doméstica, Venezuela

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão reduzida deste artigo foi apresentada como uma comunicação no Zootec 2017 «XXVII Congresso Brasileiro de Zootecnia», do 22 ao 24/05/2017, na cidade de Santos (São Paulo, Brasil). A mesma foi publicada nos Anais do congresso sob a autoria de Charmel, K., Ordóñez, J. & Carrer, C. (2017), *Quais os problemas da política de abastecimento de carne bovina na Venezuela?* (ISSN: 2358-2030).

<sup>2</sup> Graduação em Ciências Agrícolas (Universidad EARTH, Costa Rica); Mestra em Gestão e Inovação na Indústria Animal (Universidade de São Paulo - USP, Brasil). Pesquisadora na área de gestão de pecuária de corte e leite. **Endereço:** UNICETEX - FZEA - USP. Avenida Duque de Caxias Norte, 225, Pirassununga, São Paulo, 13635-900, Brasil. **Phone:** +506 86819734; **e-mail:** kiupssy@usp.br

<sup>3</sup> Graduação em Medicina Veterinária (Universidad Central de Venezuela - UCV, Venezuela); Doutor em Melhora Animal (Texas A&M University, EE.UU.); Professor Titular de Economia Agrícola do Vice-reitorado de Desenvolvimento Social da Universidad Nacional Experimental de los Llanos Occidentales Ezequiel Zamora - UNELLEZ (Venezuela). Consultor Independente. **Endereço:** Carrer Mare Nostrum 10 A Cunit. Tarragona, 43881, Espanha. **Phone:** +34 662024527; **e-mail:** jaordonezv@gmail.com

<sup>4</sup> Graduação em Zootecnia (Universidade de São Paulo -USP, Brasil); Mestre em Medicina Veterinária (Universidade de São Paulo- USP, Brasil); Doutor em Engenharia Agrícola (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); Professor Associado na área de Empreendedorismo da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos - FZEA da Universidade de São Paulo; Coordenador do Centro de Inovação, Empreendedorismo e Extensão Universitária - UNICETEX e da Incubadora de Empresas de Pirassununga - UNICETec; Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria Animal da FZEA -USP. **Endereço:** UNICETEX - FZEA - USP Avenida Duque de Caxias Norte, 225, Pirassununga, São Paulo, 13635-900, Brasil. **Phone:** +55 19 35654338; **e-mail:** celsocarrer@usp.br

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar, a partir de fuentes secundarias de información, los efectos de las políticas económicas y sectoriales agroalimentarias sobre el abastecimiento de carne bovina en Venezuela durante el período 1997-2014. Los principales hallazgos dan cuenta que la producción nacional de carne bovina disminuyó a una tasa anual de 2,22% entre 1997 y 2014 (incluyendo el beneficio de bovinos importados). La cantidad de carne proveniente del beneficio de animales importados creció hasta alcanzar un máximo de 58,51% del beneficio nacional en 2014. Esto significó una disminución real de la producción doméstica de 66,67% entre los años de 1997 y 2014. En este contexto, la producción endógena per cápita disminuyó de 18,31 kg/habitante/año (en 1997) hasta alcanzar un mínimo de 3,97 kg/habitante/año (en 2013). Esto implicó que, para cubrir la demanda doméstica, se pasó a depender crecientemente de las importaciones de carne fresca; estas crecieron de 0,59 miles de toneladas de equivalente en canal (en 1997), hasta alcanzar un máximo observado de 307,57 miles de t en 2008. La tasa de penetración de las importaciones de carne bovina equivalente (carne y bovinos en pie) fue de 79,54% del total de la demanda doméstica en 2013 (cerca de 15,45 kg/habitante/año).

**Palabras clave:** abastecimiento, carne bovina, demanda doméstica, importaciones, política comercial, producción nacional, Venezuela

## ABSTRACT

This article aims to analyze, based on secondary sources, main effects of economic and sectorial agro-food policies on the supply of beef in Venezuela during the 1997-2014 period. Main findings show that domestic beef production decreased at 2.22% as annual rate between the 1997-2014 period (even considering the slaughter of imports animals). The amount of meat from slaughter of imports animals grew to a maximum of 58.51% of total slaughter in 2014. This represented a real decline of the domestic production of 66.67% between 1997 and 2014. In this context, the per capita domestic production decreased of 18.31 kg/capita in 1997 to minimum 3.97 kg/capita in 2013. To supply the domestic demand meat imports augmented to 0.59 carcass weight equivalent (CWE) thousand tons (1000 MT CWE) in 1997 for a maximum of 307.57 1000 MT CWE in 2008. The bovine meat equivalent import penetration rate (meat and live animals) was of 79.54% of total domestic demand in 2013 (about 15.45 kg/capita/year).

**Key words:** Bovine meat, beef production, domestic demand, food supply, imports, trade policy, Venezuela

## RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est d'analyser, à partir de sources secondaires d'information, les effets des politiques agroalimentaires économiques et sectorielles sur l'approvisionnement de bœuf au Venezuela au cours de la période 1997-2014. Les principaux résultats montrent que la production nationale de viande de bœuf au Venezuela a été diminuée à un taux annuel de 2,22 % entre 1977 et 2014, même en considérant l'abattage des bovins importés. La quantité de viande de bœuf provenant d'animaux importés abattus est passée à 58,51 % de l'abattage total en 2013. Celles-ci signifiaient une diminution de la production endogène de 66,67% entre 1997 et 2014. La production endogène per capita a été diminué de 18,31 kg/habitant, en 1977, à 3,97 kg/habitant en 2013. Pour satisfaire la demande domestique, les importations de viande de bœuf sont été augmentées de 0,59 mille tonnes de CWE (*i.e.*, les équivalents en poids de la carcasse) en 1997 à 307,57 mille tonnes de CWE en 2008. Le taux de pénétration des importations de bœuf équivalent (viande et bovins vivants) était 79,54 % de la demande domestique totale en 2013 (environ 15,45 kg / habitant / an).

**Mots-clé :** Approvisionnement, demande domestique, importations, politique d'échange, production nationale, Venezuela, viande de bœuf

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo concentra seu objetivo em mostrar o impacto da política de abastecimento de carne bovina e seu equivalente em pé na Venezuela entre 1997 e 2014. Em primeiro lugar descreve-se a política vigente em matéria de abastecimento desta rubrica, incluindo as regulamentações nacionais e os acordos e decretos que favorecem principalmente a importação tanto de carne bovina como de bovinos em pé decorrentes de seus principais parceiros comerciais. Esta última forma de importação foi favorecida pelas mudanças institucionais, introduzidas desde 1999 e intensificadas a partir de 2003, ano em que se amplia a intervenção do Estado em todos os setores da economia, como resposta governamental frente ao chamado «*Paro Petrolero*» de 2002-2003. A intervenção só foi possibilitada pelo crescente incremento da renda petrolera devido ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional no período analisado. Em segundo lugar, mostram-se os dados referentes às importações de carne bovina e bovinos em pé realizadas com origem nos principais sócios comerciais, favorecidas que foram pelos acordos e decretos descritos neste trabalho. Finalmente, discute-se como o incremento das importações de carne bovina e bovinos em pé que se incorporaram no abate, impactou na Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT) desta rubrica. A pesquisa foi de caráter documental, incorporando por um lado a descrição da política de abastecimento que impacta no setor da carne bovina na Venezuela e por outro mostrando e analisando estatísticas de produção doméstica de carne bovina e de importação de carne bovina e bovinos em pé provenientes de organismos oficiais dos países que atuam como principais fornecedores. Empregou-se o Índice de Penetração das Importações (TPM), com o objetivo de estabelecer uma relação direta entre a produção e as importações na disponibilidade aparente deste produto na Venezuela.

No período de análise conclui-se que, em paralelo ao aumento das importações, estruturadas no âmbito das mudanças sociopolíticas intensificadas a partir de 2003, ocorreu, em um período de apenas dez anos, um grave retrocesso da produção da carne bovina nacional. Embora a Venezuela possua o quinto rebanho bovino na América do Sul, somando 11,55 milhões de cabeças em 2014, o que representa o sexto produtor de carne bovina, produzindo 270 mil toneladas no

mesmo ano, quase 50% desta produção são conseguidas a partir de animais vivos importados para se somar ao abate anual (dados do USDA, 2015). Em 2014, as importações de carne bovina com origem na Colômbia, Brasil, Argentina, Uruguai e Nicarágua, que figuram como os principais parceiros comerciais nesta demanda, alcançaram US\$ 1,1 bilhões e US\$ 562 milhões no fornecimento de bovinos importados em pé para abate com origem nestes países (dados do IPCVA, 2015; MDIC, 2015; DIAN, 2015; USDA, 2015; BCN, 2015 e INAC, 2015, adaptados pelos autores). É importante dizer que a Venezuela foi, em grande medida, autossuficiente para suprir o consumo doméstico de carne bovina até a entrada da década de 2000. A partir de 2004, as importações de carne bovina equivalente (carne *in natura* e bovinos em pé) significaram em média 47,49% da disponibilidade até 2014. As importações de carne bovina na Venezuela, provenientes de seus principais fornecedores comerciais, foram incrementadas das 2,12 mil toneladas em 2003, a um máximo observado de 467,75 mil toneladas em 2013, o que implicou um aumento de 22.014% com esta política de abastecimento (Dados do IPCVA, 2015; MDIC, 2015; DIAN, 2015; USDA, 2015; BCN, 2015 e INAC, 2015, adaptados pelos autores). Apesar de que o consumo aparente tenha se mantido na ordem dos 18 kg/habitante/ano, entre 2003 a 2014, a produção de carne bovina nacional passou a atender decrescentemente esta demanda. Descontado o efetivo de bovinos importados que se incorporaram ao total de cabeças abatidas, apenas 26,12% do mercado doméstico no ano de 2014 (representando 4,59 kg/habitante/ano) foi suprido pela produção local (Dados do IPCVA, 2015; MDIC, 2015; DIAN, 2015; USDA, 2015; BCN, 2015 e INAC, 2015, adaptados pelos autores).

Morales (2012, p. 128) afirma que a Venezuela mantém uma alta dependência do sistema alimentar internacional, desde o *boom* petrolero da década de 1970, e que se tornou ainda mais dependente posterior à abertura comercial iniciada em 1989. Sem dúvidas, no caso da indústria pecuária venezuelana, esta dependência aumenta a partir do ano de 2003, momento em que o país deixa de ser autossuficiente na produção de carne bovina. Neste contexto, cabe ressaltar a definição da FAO com respeito à autossuficiência alimentar: «*o grau em que um país pode satisfazer suas necessidades alimentares com sua própria produção*» (em Caballero, Quieti, M. &

Maetz, 2000, p. 22). Assim, Konandreas (2000, p.3) orienta que «os países devem satisfazer as necessidades alimentares da população, no máximo possível com fornecimento interno, de forma a reduzir ao mínimo a dependência externa». Para a FAO (2002, p. 4), «(...) este deve ser o objetivo das políticas nacionais».

De sua parte, Chesnais (1981) apud Bejarano (1999, p. 58), assinala em relação à competitividade que «os países devem ter a capacidade de defender seu próprio mercado doméstico em relação a uma excessiva dependência das importações». Como assinala Gibbs (2007), a importação de bens e serviços pode tirar do mercado produtores locais, debilitar os meios de subsistência, acentuar as desigualdades e impelir às pessoas para a pobreza. Por outro lado, grandes setores da população encontram-se conformados por agricultores de pequena escala cujos meios de subsistência poderiam se ver afetados pela importação de produtos agrícolas baratos e subvencionados (Gibbs, 2007).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram analisados dados focados na produção doméstica de carne bovina e de importação de carne bovina e bovinos em pé no período de 1997 a 2014. As estatísticas nacionais nesta matéria apresentam assimetrias e divergências com especial ênfase nas duas últimas décadas. Gutiérrez & Ordóñez (2011) chamaram a atenção neste respeito como limitante para a execução de pesquisas dentro dos sistemas agroalimentares na Venezuela. Para o caso específico da carne bovina, os autores indicaram erros nas estatísticas de produção apresentadas por entidades oficiais, ao não segregar a entrada de animais importados, o que leva a situações superestimadas e, portanto, equivocadas da produção interna. Assim, para o caso da produção doméstica de carne bovina foram empregadas as estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reportadas em equivalente carcaça e para os dados de importação de carne bovina e bovinos em pé as estatísticas de comércio exterior dos principais parceiros comerciais para esta rubrica, conforme segue: Instituto de Promoção da Carne Vacuna Argentina (IPCVA) da Argentina, Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, AliceWeb (MDIC, 2016) do Brasil, Sistema Estatístico de Comércio Exterior (SIEX) da Colômbia (DIAN, 2015), Banco Central da Nicarágua (BCN, 2015) e Instituto Nacional de Carnes (INAC, 2006, 2015) do Uruguai.

No caso das estatísticas de carne bovina desossada coletadas do IPCVA, do AliceWeb e do SIEX foram transformadas a equivalente carcaça empregando o coeficiente de 1,36 usado pelo USDA em suas projeções do comércio mundial de carne bovina (INAC, 2006). Isto com o objetivo de fazê-las comparáveis com os dados de produção coletados pelo USDA e com os dados de importação do Uruguai e da Nicarágua reportados em equivalente carcaça.

No caso de bovinos em pé, as estatísticas do Brasil, da Colômbia e da Nicarágua foram coletadas em toneladas e em número de cabeças. Isso teve o propósito de corrigir as informações a fim de considerá-las dentro da Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT). Para tanto, foram transformadas em toneladas de equivalente carcaça, usando um coeficiente de 0,50 (considerando 50% de rendimento em carcaça).

Com o objetivo de estabelecer uma relação direta entre a produção e as importações na disponibilidade aparente de carne bovina na Venezuela, empregou-se o Índice de Penetração das Importações (TPM), em um período de dezessete anos compreendidos entre 1997 e 2014. Este deve ser entendido como a relação entre as importações de um dado produto sobre o consumo aparente do mesmo (somatória da produção, mais as importações, menos as exportações), durante um mesmo período de tempo, observando-se a magnitude da contribuição internacional na demanda interna (Agenor, 1997; Juárez & García, 2000; Recalde & Barraud, 2002; Fernández, 2013).

Para o estudo de caso, definir-se-á o índice de penetração das importações como quociente entre as importações de carne bovina equivalente e o consumo aparente de carne bovina, este último, calculado como a somatória da produção mais as importações menos as exportações de carne bovina, ou seja:

$$TPM = M/((Y + M) - X)$$

Em que:

M = e a Importação de carne bovina equivalente em toneladas de equivalente carcaça;

Y = e a Produção de carne bovina em toneladas de equivalente carcaça; e,

X = e a Exportação de carne bovina equivalente em toneladas de equivalente carcaça.

### 3. INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS NA POLÍTICA COMERCIAL REFERENTE À CADEIA DE CARNE BOVINA NA VENEZUELA

A Venezuela favoreceu, através de acordos de alcance bilateral e multilateral, a importação de carne bovina e bovinos em pé a partir de seus sócios comerciais, principalmente no marco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Também através dos acordos negociados, bilateralmente, com a Colômbia após sua saída da Comunidade Andina de Nações (CAN) em 2006 e com outros países, como a Nicarágua, no marco da Alternativa Bolivariana para os Países de Nossa América (ALBA).

A Lei Orgânica de Segurança e Soberania Agroalimentar (LOSSA) nos artigos 58 a 61 outorga caráter para a importação de produtos agroalimentares, avaliando a prevalência de acordos de caráter internacional, multilateral e bilateral que visem o abastecimento agroalimentar (Ley Orgánica de Seguridad y Soberanía Agroalimentaria, 2008).

Em outra frente, a Lei que estabelece o Imposto ao Valor Agregado (IVA) publicada na *Gaceta Oficial* (Diário Oficial, G.O.) Nº 38.424, de 26/04/2006, e reformada conforme Decretos Nº 5.212 publicada na G.O. Nº 38.632 de 26/02/2007 e Nº 1.436 publicado na G.O. Extraordinária 6.152 de 18/11/2014, nos artigos 17 e 18, isenta de impostos as importações de um grupo de alimentos entre os quais se consideram a carne bovina *in natura*: refrigerada, congelada, salgada ou em solução de salmoura; além de animais bovinos vivos destinados ao abate e para cria. Também se incluem insumos empregados na atividade produtiva como: sementes certificadas, insumos biológicos, milho amarelo empregado na elaboração de alimentos concentrados para animais e medicamentos e agroquímicos. Neste contexto, a Resolução Nº 085 do Ministério de Finanças e de Agricultura e Terras publicada na G.O. Nº 37.717, de 23/06/2003 resolveu numa primeira instância a exoneração de impostos para a importação de produtos substitutos da carne bovina (mais precisamente em relação à carne de frango). Após esta resolução foram dadas, conseqüentemente, novas resoluções que incluíram a exoneração de impostos para a carne bovina.

Além das exonerações para o pagamento de tarifas, o governo estabeleceu outros tipos de controles sobre o fluxo de comércio de alimentos que atuam como barreiras não tarifárias, principalmente de tipo administrativas como são

a política de controle cambial e as licenças prévias à importação aplicáveis de igual maneira às exportações. Especificamente no caso das importações, é necessária a emissão de certificados de insuficiência de produção nacional e, para ambos os casos (tanto importação como quanto exportação) certificados sanitários. O Decreto Nº 928 publicado na G.O. 40.397, de 23/04/2014 estabeleceu a agilização dos trâmites requeridos para importação de produtos que visem o abastecimento nacional, em que se incluem a carne bovina e os bovinos em pé.

Em respeito à política cambial, a Resolução Nº 088 do Ministério de Agricultura e Terras publicada na G.O. Nº 37.728, de 09/07/2003 estabeleceu pela primeira vez, após o Decreto Nº 2.302 de controle cambial de fevereiro de 2003, a lista de bens e produtos agropecuários autorizados para a aquisição de divisas com fins de importação. Na mesma foram incluídas a carne bovina, tanto fresca, refrigerada ou congelada, e os animais bovinos em pé.

De modo geral, o Estado venezuelano favoreceu as importações de carne bovina equivalente. Assim, amparada no artigo 127<sup>5</sup> da Lei de Reforma da Lei Orgânica de Aduanas, a Venezuela tem declarado, desde 2003, a exoneração de tarifas para a importação de animais vivos da espécie bovina e carne bovina. Esta ação tem sido justificada pela não produção suficiente destas rubricas no mercado interno. Além disso, como membro pleno do MERCOSUL<sup>6</sup>, este país mantém preferências tarifárias nas importações com os países membros: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, conforme os acordos bilaterais subscritos no marco da Associação Latino-americana de Integração (ALADI) dentro dos Acordos de Alcance Parcial de Complementação Econômica:

a) AAP.CE Nº 68 estabelecido com a Argentina, subscrito em 26/12/2012 entrou em vigor em 02/01/2013.

b) AAP.CE Nº 69 estabelecido com o Brasil, subscrito em 26/12/2012, entrou em vigor em 14/10/2014.

<sup>5</sup> Antigamente, artigo 91 na Lei Orgânica de Aduanas publicada na G.O. Nº 5.353 Extraordinária na data de 17 de junho de 1999.

<sup>6</sup> Além disso a Venezuela forma parte do Acordo de Complementaridade Econômica Nº 59, subscrito no ano 2004 e em vigência desde o ano 2005 entre os membros plenos da CAN e os estados membros do MERCOSUL.

c) AAP.CE N<sup>o</sup> 63 estabelecido com o Uruguai, subscrito em 17/08/2008, entrou em vigor em 03/04/2009.

d) AAP.CE N<sup>o</sup> 64 estabelecido com o Paraguai, subscrito em 16/08/2008.

Neste sentido, em matéria de importações de carne bovina, o país concede preferências tarifárias aos países do MERCOSUL, para um conjunto de partidas tarifárias sobre a tarifa *ad valorem* estabelecida na pauta aduaneira deste país. Os AAP.CE N<sup>o</sup> 68 e 69 incluem as tarifas *ad valorem* das partidas de carne bovina contempladas na pauta aduaneira e as respectivas preferências tarifárias, deduzidas nos casos de Argentina e Brasil até 2018, quando alcançam 100% de preferência tarifária nas partidas indicadas.

No caso do Uruguai, o AAP.CE N<sup>o</sup> 63, estabelece preferências tarifárias de 100% para as partidas 0201.30.00 e 0202.30.00 correspondentes a carne bovina desossada tanto em estado fresca, refrigerada ou congelada. No caso do Paraguai, o AAP.CE N<sup>o</sup> 64 estabelece preferências tarifárias de 100% para a carne desossada, tanto fresca quanto refrigerada (0201.30.00) ou congelada (0202.30.00).

Por sua vez, após a desvinculação da Venezuela da CAN e do Grupo dos Três (G-3), para o caso específico de importações originadas na Colômbia, o país tem subscrito o Acordo de Alcance Parcial Comercial AAP.C N<sup>o</sup> 28, negociado através da ALADI, assinado em 28/11/11 e em vigor desde 19/10/2012, em que se dá preferência tarifária de 100% às cinco partidas tarifárias de carne bovina e às partidas tarifárias correspondentes aos animais vivos da espécie bovina.

Outro acordo de caráter bilateral subscrito pela Venezuela no marco da ALADI, em relação ao comércio de carne bovina é o AAP.CE N<sup>o</sup> 23, assinado com o Chile em 02/04/1993, data na qual entrou em vigência e que concede preferência tarifária de 100% para a carne bovina.

Não é difícil concluir que o conjunto dos efeitos destes acordos comerciais incorre em efetiva redução da competitividade interna e desigualdade na geração de impostos dentro do mercado.

Retomando as disposições do artigo 127 da Lei Orgânica de Aduanas, a partir de 2003, o governo da Venezuela tem decretado a exoneração de tarifas a um leque de mercadorias entre as quais figuram animais vivos da espécie bovina e carne bovina. A exoneração mais recente, que se encontra vigente até 31/07/2016, foi publicada na G.O N<sup>o</sup> 40.734 de 28/08/2015 e está amparada no artigo 127 da Lei Orgânica de Aduanas. Esta normativa

cataloga como bens de primeira necessidade ou de consumo massivo um grupo de 46 rubricas de natureza alimentar. Nesta categoria encontram-se incluídas as seguintes: 0102.29.90 (os demais bovinos domésticos), 0201.10.00 (Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, em carcaças ou meias carcaças), 0201.30.00 (Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, desossada) e, 0202.10.00 (Carne de animais da espécie bovina, congelada, em carcaças ou meias carcaças).

Como visto, o Brasil é o país majoritariamente favorecido em termos das deduções tarifárias preferenciais das seis partidas alfandegárias, vinculadas ao capítulo 02 (carne bovina) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM). Essas preferências começaram em 2013, com 66% de dedução para cinco destas partidas e 60% para a partida 0202.10.00, sobre a tarifa da pauta aduaneira que era de 20%, ou seja, a tarifa a ser paga foi de 7 e 8% para esse ano. Com as modificações das tarifas da pauta aduaneira, este país poderia ter pago entre 3% e 8% por causa destas tarifas entre 2014 e 2015. Para o ano de 2016, espera-se que este pagamento seja entre 3 e 4%, alcançando a exceção para o ano de 2018.

A Argentina encontra-se favorecida com tarifas preferenciais para as partidas 0201.10.00 e 0202.30.00, pagando entre 3% e 7% *ad valorem* até 2016 e alcançando, do mesmo modo que o Brasil, a exceção de pagamento para o ano de 2018. O Uruguai, por sua vez, é favorecido na dedução de 100% das tarifas aduaneiras para a exportação à Venezuela para carne desossada fresca ou refrigerada (0201.30.00) quanto para a congelada (0202.30.00) desde o ano de 2009 quando entrou em vigor o AAP.CE N<sup>o</sup> 63. A Colômbia, no entanto, além de ser favorecida em 100% de dedução das tarifas aduaneiras para exportar bovinos considerados na partida 0102.90.90 (os demais bovinos domésticos), também é favorecida em 100% para exportar carne bovina, considerando todas as partidas, a exceção da partida 0202.20.00 (carne bovina congelada, com osso).

Apegada a normativa em matéria de regulação alimentar, o artigo 62 da LOSSA estabelece que os alimentos importados com vistas a serem comercializados no território nacional venezuelano devem-se ajustar à normativa legal nacional em matéria de alimentos e alimentação (LOSSA, 2008, art. 62). Por sua vez, o artigo 2, numeral 4 da Lei de Saúde Agrícola Integral (LSAI, 2008, art. 2) estabelece que se deve regular a importação, entre outros, de animais como produtos e subprodutos

em prol de garantir a saúde integral da nação. Neste contexto, a Venezuela só está facultada para importar animais bovinos em pé e carne em carcaça de países livres de febre aftosa sem vacinação, a exceção da Colômbia que é livre da cepa C do vírus da febre aftosa e por tanto é permitida a importação de carne em carcaça e bovinos em pé.

Dos restantes países da América do Sul, dos quais a Venezuela vem realizando importações de carne bovina e bovinos em pé, se levada em conta a normativa vigente, só se deveria permitir a importação de carne desossada refrigerada ou congelada. Assim, como mostrado na Figura Nº 1, a Venezuela, conforme o *status* oficial de febre aftosa da Organização Internacional de Epizootias (OIE), só deveria realizar importações de carne congelada ou refrigerada com origem no Brasil, na Argentina (parte dela), no Paraguai e no Uruguai e não de animais bovinos vivos.

De outro modo, as preferências para as importações de carne bovina *in natura* e bovinos em pé, incluem, além das exonerações para o pagamento de tarifas, um subsídio implícito dentro do fluxo de comércio estabelecido com outros países, no marco da política de controle cambial estabelecida na Venezuela a partir de 2003. Essas importações têm sido consideradas dentro da lista de importações que são realizadas utilizando a taxa de câmbio do dólar oficial. Deste modo, considerando as taxas de câmbios diferenciadas estabelecidas na Venezuela desde 2003, as importações de animais bovinos e carne bovina tem usufruído subsídios implícitos como mostrado no Quadro Nº 1. Este subsídio tem ficado na faixa de 44,2% e 96,7%; ou seja, os importadores só têm pago de 55,8% a 3,3% da moeda estrangeira, se considerados os sistemas cambiais paralelos. É necessário que se diga que, certamente, este cálculo



**Figura 1.** Mapa do *status* oficial de febre aftosa dos países membros da OIE, atualizado para maio de 2015

Fonte: OIE (2015)

não exprime a totalidade do subsídio cambial, uma vez que a taxa de câmbio real depende também dos diferenciais de inflação com os principais parceiros comerciais externos e do movimento da taxa de câmbio oficial utilizada para as importações de carne bovina, o que pode levar a projeções subestimadas no Quadro N<sup>o</sup> 1.

#### 4. VOLUME DAS IMPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA E BOVINOS EM PÉ NA VENEZUELA

Conforme as estatísticas de comércio exterior dos principais países fornecedores de carne bovina *in natura* para a Venezuela, como se observa no Quadro N<sup>o</sup> 2, este país passou a comprar de 2,12 mil toneladas em equivalente carcaça de carne bovina *in natura* em 2003, para 44,32 mil toneladas em equivalente carcaça em 2004, um incremento de 1.995% entre um ano e outro. A partir do ano de 2004, as importações de carne bovina aumentaram consideravelmente, alcançando um máximo de 307,57 mil toneladas em 2008. Este patamar representou 50,21% do consumo total para esse ano.

Entre os anos de 1997 e 2014, o Brasil e a Colômbia figuraram como os maiores fornecedores, seguidos da Argentina que tem sido um fornecedor constante, e da Nicarágua, que tem operado neste mercado nos últimos anos. De sua parte, o Uruguai tem tido uma participação mais moderada, tanto que os Estados Unidos têm sido deslocados como

principal fornecedor (Gráfico N<sup>o</sup> 1). Os Estados Unidos foram acionados principalmente como um fornecedor de cortes de carne moída para a elaboração de carne processada para o consumo (tal como hambúrguer). Após os episódios de encefalopatia espongiforme bovina, acontecidos neste país no ano de 2004 e que reduziram suas exportações de carne bovina, a Venezuela optou, acertadamente, por excluí-lo como fornecedor.

Como parte das intervenções do Estado aprofundadas desde 2003, as redes de empresas criadas ou ampliadas no marco das chamadas «Misiones» (Missões) Agro-Venezuela e Alimentação, atingiram a grande maioria de cadeias do setor de alimentos, incluída a da carne bovina, desde a produção, comércio exterior até a distribuição e a comercialização. A estatal Corporação de Abastecimento e Serviços Agrícolas (CASA) concentrou as compras nacionais e internacionais de produtos alimentícios. A mesma dispõe de uma capacidade total instalada de 1.407.341 toneladas: entre silos, frigoríficos e centros de armazenamento; das quais 45.715 correspondem-se com a capacidade frigorífica instalada (MINPPAL, 2015).

Considerando as preferências tarifárias para os principais países fornecedores, a carne congelada desossada (0202.30.00) é a partida mais favorecida. A tendência das importações de carne bovina é que seja realizada preferencialmente desossada. As estatísticas do Uruguai, reportadas pelo Instituto

**Quadro 1.** Subsídios implícitos nas taxas de câmbio múltiplo da Venezuela entre os anos de 2003 a 2015

Sistema	2003-2004	2004-2005	2005-2010	2010-2010	2010-2013	2013-2014	2014-2015	2015*
Oficial	1,60	1,92	2,15	4,30	4,30	6,30	6,30	6,30
Preferencial				2,60	4,30	6,30	6,30	6,30
SITME				5,30				
Subsídio				-50,94%				
SICAD I						11,30	11,09	13,15
Subsídio						-44,25%	-43,19%	-52,09%
SICAD II							49,95	51,97
Subsídio							-87,39%	-87,88%
SIMADI								190,00
Subsídio								-96,68%

Fonte: dados do BCV (2015), adaptados pelos autores com base em Collins (1991, p. 143)

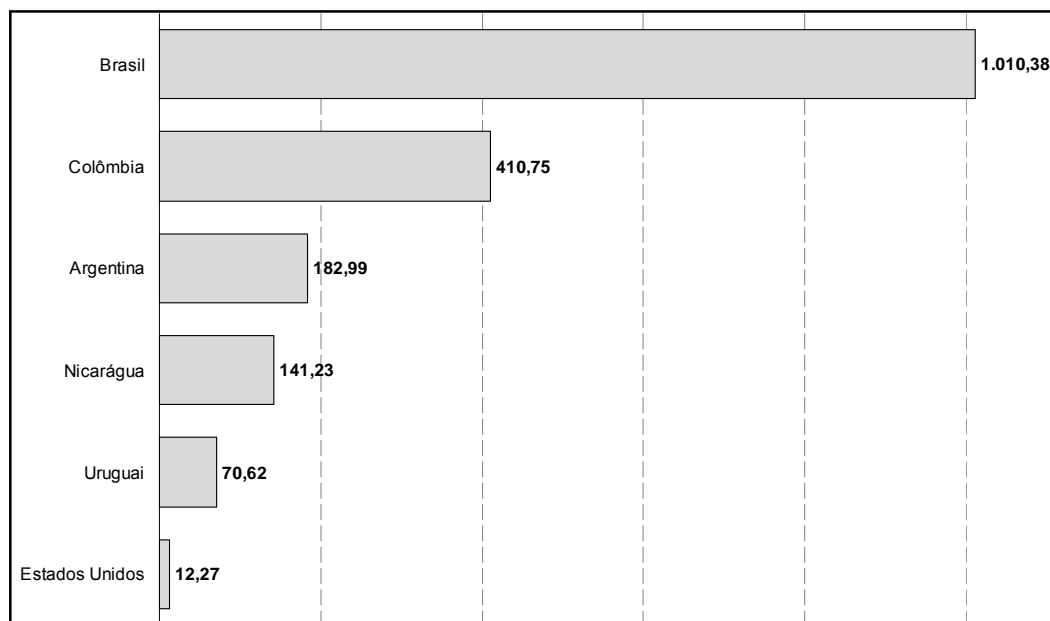
(\*) SICAD I, valor de cotação de setembro de 2015; SICAD II, última cotação fevereiro de 2015. Oficial-Preferencial valor vigente a dezembro de 2015; SIMADI, valor de cotação de dezembro de 2015



**Quadro 2.** Importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014

Ano	ARG	BRA	COL	EUA	NIC	URU	Total	Δ(%)
	Mil toneladas de equivalente-carcaça							
1997	0,00	-	-	0,59	-	-	0,59	
1998	0,22	-	-	2,55	-	-	2,77	371%
1999	0,74	-	-	1,57	-	-	2,32	-16%
2000	0,52	-	-	1,07	-	2,03	3,63	57%
2001	0,03	1,25	-	2,26	-	1,18	4,72	30%
2002	0,09	2,42	-	2,20	-	2,15	6,87	45%
2003	1,40	0,41	-	0,09	-	0,21	2,12	-69%
2004	29,66	14,45	-	0,01	-	0,19	44,32	1995%
2005	12,16	11,36	9,45	0,16	-	0,10	33,22	-25%
2006	13,59	18,41	-	0,11	-	0,18	32,29	-3%
2007	36,79	62,47	82,78	0,04	-	1,53	183,62	469%
2008	16,04	130,86	155,62	0,01	Nd	5,04	307,57	68%
2009	40,02	54,30	106,85	0,00	Nd	9,34	210,50	-32%
2010	16,55	54,57	-	0,02	Nd	7,89	79,03	-62%
2011	8,29	96,43	0,22	0,52	38,72	13,53	157,70	100%
2012	3,72	118,57	8,73	0,67	47,45	9,95	189,09	20%
2013	2,12	213,44	40,41	0,24	34,67	7,19	298,07	58%
2014	1,04	231,45	6,69	0,14	20,39	10,10	269,82	-9%
<b>Média</b>	<b>10,17</b>	<b>56,13</b>	<b>22,82</b>	<b>0,68</b>	<b>9,42</b>	<b>3,92</b>	<b>101,57</b>	<b>176%</b>

**Fonte:** dados do Instituto de Promoção da Carne Vacuna Argentina (IPCVA, 2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pelos autores ARG: Argentina, BRA: Brasil, COL: Colômbia, EUA: Estados Unidos, NIC: Nicarágua, URU: Uruguai. Nd: Não disponível

**Gráfico 1.** Volume das importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014

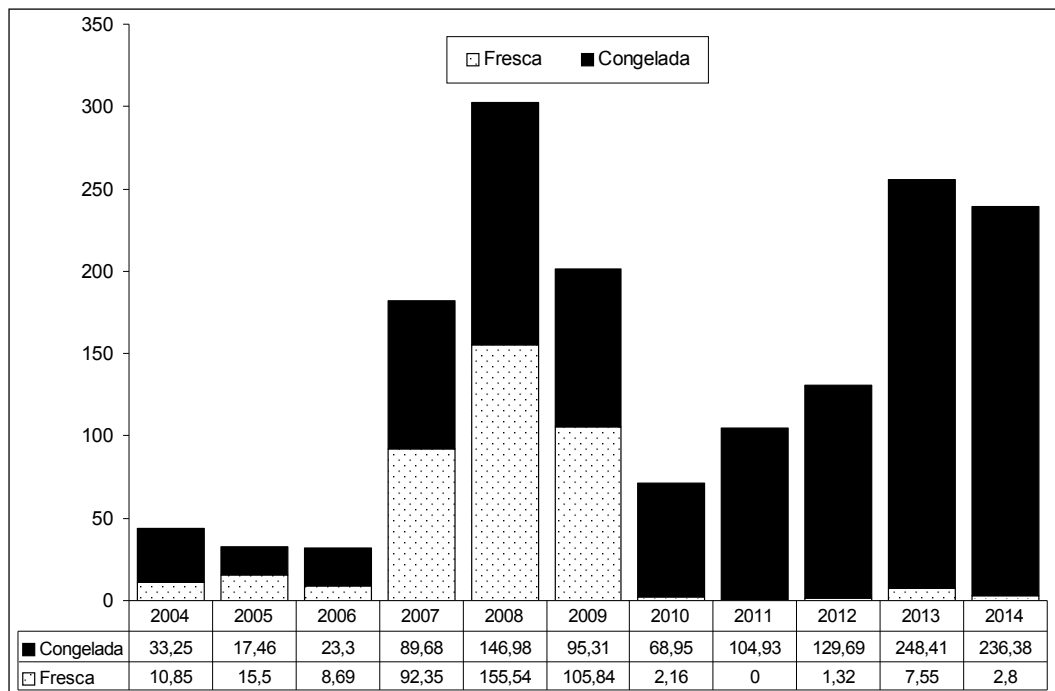
**Fonte:** dados do IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pelos autores

Nacional de Carnes (INAC), evidenciam que a Venezuela importa historicamente carne desossada daquele país. No caso da Nicarágua, as estatísticas do Banco Central da Nicarágua (BCN) não são segregadas, mas segundo informações do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) da Venezuela apontam que as recentes importações, têm sido, principalmente de carne desossada e em estado fresco ou refrigerada. Neste contexto, as estatísticas segregadas de Argentina, Brasil e Colômbia mostram que, das 1.597 mil toneladas em equivalente carcaça importadas pela Venezuela a partir destes países entre 2004 e 2014, 74,79% têm sido em estado congelado e 25,21% em estado fresco ou refrigerada, como evidenciado no Gráfico N<sup>o</sup> 2.

Destes três países (Argentina, Brasil e Colômbia), a Venezuela importa majoritariamente carne desossada (98,41%, para 2014). Para o ano de 2014, as importações da Argentina e do Brasil correspondiam a 100% como carne desossada, enquanto que da Colômbia, este índice ficou por volta de 50% de carne em carcaça ou meias carcaças e 50% de carne desossada em pequenos volumes (Quadros N<sup>o</sup> 3 e N<sup>o</sup> 4).

A Venezuela deixou de importar carne bovina fresca ou refrigerada da Argentina, Brasil e Colômbia no ano de 2010, concentrando suas importações de carne bovina congelada a partir deste ano. Isto se deve em consequência da monopolização, por parte do Estado, nas compras internacionais desta rubrica, representadas pela estatal CASA. Deste modo, frente às políticas que afastaram o setor privado das negociações, extremamente induzidas por regras de natureza estatal, reduziu-se consideravelmente a capacidade de armazenamento e, conseqüentemente de se regular preços por vias de mercado.

Assim, como se observa no Quadro N<sup>o</sup> 3, a Venezuela importou em estado congelado 99,97% de carne desossada proveniente principalmente do Brasil que abasteceu 83,94% deste total, seguido da Argentina com 11,62% e da Colômbia com 4,45%. Já em estado fresco ou refrigerada, as importações de carne bovinas foram 74,50% em carcaça ou meia carcaça provenientes da Colômbia; 25,39% desossada, provenientes da Colômbia (16,40%), da Argentina (8,20%) e do Brasil (0,79%) e apenas 0,11% de carne com osso proveniente dos três países (Quadro N<sup>o</sup> 4).



**Gráfico 2.** Importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) fresca ou refrigerada e congelada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014

**Fonte:** dados do IPCVA (2015), MDIC (2015) e DIAN (2015), adaptados pelos autores

**Quadro 3.** Importações venezuelanas de carne bovina congelada (em mil toneladas) em carcaça ou meia carcaça, com osso e desossada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
<b>Origem</b>												
<b>(em Miles de toneladas)</b>												
Argentina	13,83	3,74	3,60	19,15	10,81	28,08	11,73	6,10	2,74	1,56	0,77	102,09
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Osso	0,00	0,00	0,01	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09
Sem osso	13,83	3,74	3,59	19,07	10,81	28,08	11,73	6,10	2,74	1,56	0,77	102,00
Brasil	10,63	8,35	13,54	45,93	96,22	38,18	38,97	70,90	87,18	156,94	170,19	737,02
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Osso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,04
Sem osso	10,63	8,35	13,54	45,93	96,22	38,18	38,97	70,90	87,18	156,90	170,18	736,99
Colômbia	0,00	0,74	0,00	0,90	1,06	3,82	0,00	0,16	5,45	24,17	2,86	39,17
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,08	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13
Com Osso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem osso	0,00	0,74	0,00	0,82	1,01	3,82	0,00	0,16	5,45	24,17	2,86	39,04
<b>Total</b>	<b>24,45</b>	<b>12,84</b>	<b>17,14</b>	<b>65,99</b>	<b>108,09</b>	<b>70,08</b>	<b>50,70</b>	<b>77,16</b>	<b>95,36</b>	<b>182,66</b>	<b>173,81</b>	<b>878,29</b>
<b>Eq. Carcaça</b>	<b>33,26</b>	<b>17,46</b>	<b>23,30</b>	<b>89,69</b>	<b>146,98</b>	<b>95,31</b>	<b>68,95</b>	<b>104,94</b>	<b>129,69</b>	<b>248,41</b>	<b>236,38</b>	<b>1.194,38</b>

Fonte: dados do IPCVA (2015), MDIC (2015) e DIAN (2015), adaptados pelos autores

**Quadro 4.** Importações venezuelanas de carne bovina fresca ou refrigerada (em mil toneladas) em carcaça ou meia carcaça, com osso e desossada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
<b>Origem</b>												
<b>(em Miles de toneladas)</b>												
Argentina	7,98	5,20	6,41	8,00	0,99	1,35	0,44	-	-	-	-	30,36
Carcaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Osso	-	-	0,01	0,08	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Sem osso	7,98	5,20	6,40	7,92	0,98	1,35	0,44	-	-	-	-	30,27
Brasil	-	-	-	-	0,01	1,74	1,15	-	-	0,02	-	2,92
Carcaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Osso	-	-	-	-	0,01	-	-	-	-	0,01	-	0,02
Sem osso	-	-	-	-	0,00	1,74	1,15	-	-	0,00	-	2,90
Colômbia	-	8,20	-	79,08	145,13	91,66	-	-	1,32	7,54	2,80	335,74
Carcaça	-	7,54	-	71,96	119,87	63,88	-	-	1,32	7,54	2,80	274,92
Com Osso	-	-	-	0,16	0,09	0,05	-	-	-	-	-	0,30
Sem osso	-	0,65	-	6,96	25,17	27,73	-	-	-	-	-	60,52
<b>Total</b>	<b>7,98</b>	<b>13,40</b>	<b>6,41</b>	<b>87,08</b>	<b>146,13</b>	<b>94,75</b>	<b>1,59</b>	<b>0,00</b>	<b>1,32</b>	<b>7,55</b>	<b>2,80</b>	<b>369,01</b>
<b>Eq. Carcaça</b>	<b>10,85</b>	<b>15,50</b>	<b>8,71</b>	<b>92,44</b>	<b>155,55</b>	<b>105,85</b>	<b>2,17</b>	<b>0,00</b>	<b>1,32</b>	<b>7,55</b>	<b>2,80</b>	<b>402,74</b>

Fonte: dados do IPCVA (2015), MDIC (2015) e DIAN (2015), adaptados pelos autores

Para o caso de bovinos importados em pé para abate, considerando as estatísticas de comércio exterior dos principais países fornecedores e como se observa no Quadro N° 5, o Brasil é o principal fornecedor desde o ano de 2007. Neste movimento, ultrapassou a Colômbia e a Nicarágua, que por

sua vez, assim como no caso da carne *in natura*, vem incorporando-se crescentemente a este mercado. Deste modo, as importações de bovinos em pé do Brasil cresceram entre 2007 e 2014 a uma taxa anual de 15,23%, para um máximo registrado de 594 mil cabeças importadas em 2010.

**Quadro 5.** Importações venezuelanas de animais bovinos domésticos para abate (em cabeças e em US\$/ cabeças) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014

Ano	Brasil			Colômbia			Nicarágua			Total		
	Cab	US\$ Mil	US\$/Cab	Cab	US\$ Mil	US\$/Cab	Cab*	US\$ Mil	US\$/Cab	Cab	US\$ Mil	US\$/Cab
1997	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1998	0	0	0	115.581	63.069	546	0	0	0	115.581	63.069	546
1999	0	0	0	9.451	3.055	323	0	0	0	9.451	3.055	323
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	0	0	0	7.771	5.211	671	0	0	0	7.771	5.211	671
2002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	139.848	173.398	1.240	0	0	0	139.848	173.398	1.240
2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2007	247.299	189.018	764	133.503	111.188	833	0	0	0	380.802	300.207	788
2008	288.766	292.632	1.013	7.925	8.885	1.121	0	0	0	296.691	301.517	1.016
2009	387.047	359.555	929	4.699	6.105	1.299	0	0	0	391.746	365.660	933
2010	594.345	601.054	1.011	0	0	0	0	0	0	594.345	601.054	1.011
2011	318.835	338.558	1.062	0	0	0	11.047	11.018	997	329.882	349.576	1.060
2012	345.050	408.628	1.184	243.029	315.068	1.296	15.630	14.105	902	603.709	737.801	1.222
2013	450.795	491.985	1.091	217.227	269.535	1.241	21.051	19.440	923	689.073	780.960	1.133
2014	494.829	520.375	1.052	28.950	26.662	921	14.388	15.316	1.064	538.167	562.352	1.045
<b>Média</b>	<b>173.720,33</b>	<b>177.878,06</b>	<b>450,39</b>	<b>50.443,56</b>	<b>54.565,37</b>	<b>527,27</b>	<b>3.450,83</b>	<b>3.326,60</b>	<b>215,99</b>	<b>227.614,71</b>	<b>235.770,03</b>	<b>610,49</b>

**Fonte:** dados do MDIC (2015), DIAN (2015) e BCN (2015), adaptados pelos autores

(\*) Cabeças calculadas sobre as estatísticas de animais bovinos importados, expressas em peso, estimando-se um peso vivo de 500 kg/cabeça

A queda das exportações colombianas de carne bovina e de bovinos em pé para a Venezuela entre 2010 e 2011, tem um precedente na crise diplomática entre ambos os países e que permitiu o crescimento de participação neste mercado por parte do Brasil e na abertura para o ingresso de novos fornecedores, como aconteceu com a Nicarágua. Além disso, a saída oficial da Venezuela da CAN, iniciada em 2006 e formalizada em 2011, conjugada com as negociações para a entrada formal deste país ao MERCOSUL, iniciadas em 2006 e concretizadas em 2012, em conjunto com as políticas de proximidade com os países integrantes da ALBA, caso da Nicarágua, implicaram mudanças expressivas no comércio entre os países que integram ambos os blocos.

No caso da saída da CAN, especificamente para o caso colombiano, não se impactou negativamente o comércio bovino entre ambas as nações, devido aos acordos comerciais bilaterais estabelecidos e que tem preservado as relações comerciais entre

eles. No caso da aproximação da Venezuela junto ao MERCOSUL, este fato provocou um maior vínculo com os países do bloco, principalmente com o Brasil. Entre 2006 a 2014, as exportações de carne *in natura* bovina brasileira para a Venezuela, se incrementaram a uma taxa de 44,80% ao ano (a.a) e as de bovinos em pé, cresceram 15,23% a.a.

No caso das importações de bovinos em pé para abate, com origem no Brasil, iniciadas no ano de 2007, estas têm sido realizadas ilegalmente conforme o exposto no artigo 62 da LOSSA (2008) e o artigo 2, numeral 4 da LSAI (2008) e o estabelecido pela OIE no *status* oficial de febre aftosa. Além disso, essas importações têm sido feitas sem ponderar as recomendações e as considerações dos organismos competentes.

Prova disso se encontra em um relatório publicado pela *Gaceta Ganadera*, em que o Dr. Raúl Hernández Páez, membro da Comissão Nacional de Febre Aftosa (CONEFA) da Venezuela e assessor do Conselho Venezuelano da Carne

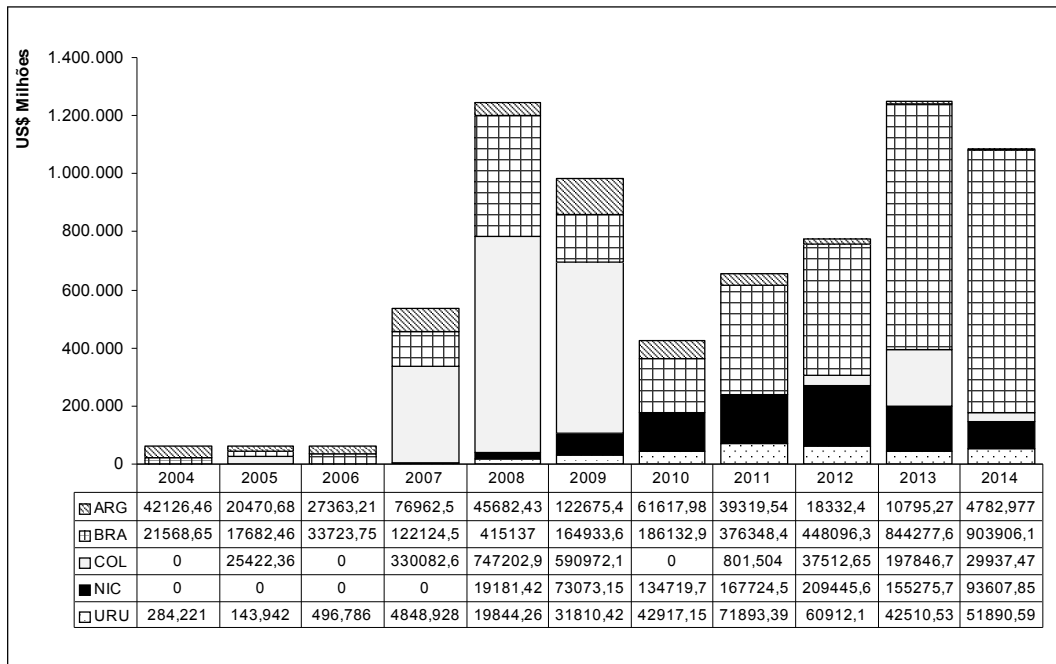
(CONVECAR) em matéria de sanidade animal, avalia as importações com origem no Estado do Pará/Brasil, com origem no porto de Belém. Neste relatório, o autor questiona o predomínio do vírus tipo C da febre aftosa no Brasil, o qual é inexistente na Venezuela e para o qual este país não se encontra protegido com a aplicação da vacina bivalente. Entende o autor que a difusão desta cepa de vírus na Venezuela seria rápida, geral e fulminante provocando perdas incalculáveis para a sua economia agropecuária (Gaceta Ganadera, 2011).

Desta forma, o Dr. Hernández crítica, justificadamente, a outorga de licenças sanitárias, avaliadas pelos organismos do Estado. Neste aspecto, a Junta Nacional da Carne, historicamente responsável pelas recomendações em matéria de mercado deste produto na Venezuela, nem a CONEFA, seguindo o apresentado no relatório do Dr. Hernández, têm sido incluídas nas comissões que avaliam e autorizam este tipo de importações. O Dr. Hernández enfatiza a necessidade do cumprimento das regras, essencialmente sanitárias, ainda em casos de emergências de tipo alimentar o de interesse nacional. Finalmente, recomenda a importação de

carne desossada com origem em áreas livres de febre aftosa (Gaceta Ganadera, 2011).

É preciso que se diga que o abastecimento de carne bovina e a aquisição de bovinos em pé (para abate), ambos oriundos do exterior, foram viabilizados, no passado, pelos crescentes preços do petróleo experimentados desde o ano de 2003 até 2014. No entanto, esta prática de aquisição de carne do exterior foi possível apenas com um grande incremento do gasto público e do atendimento das citadas missões («misiones») a preço regulado.

Como pode se ver no Gráfico N° 3, entre os anos de 2004 e 2014, a Venezuela pagou US\$ 7,14 bilhões pela importação de carne bovina proveniente da Argentina, do Brasil, da Colômbia, da Nicarágua e do Uruguai. A maior importação foi proveniente do Brasil que substituiu, gradativamente, a Colômbia no fornecimento deste produto. Nesse período, a Venezuela pagou pela importação de carne bovina in natura US\$ 3,53 bilhões ao Brasil; US\$ 1,96 bilhões a Colômbia, US\$ 853,03 milhões a Nicarágua; US\$ 470,13 milhões a Argentina e US\$ 327,55 milhões ao Uruguai.



**Gráfico 3.** Importações venezuelanas de carne bovina (em US\$ mil) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 2004 a 2014

**Fonte:** dados do IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pelos autores

Como resultado do abastecimento de carne bovina atendida com origem no exterior derivaram-se casos de corrupção e falhas no adequado armazenamento e distribuição do produto, como evidenciam os jornais da época. Assim a estatal Bariven S.A, filial de Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) viu-se implicada em casos de compras de carne bovina supervalorizadas e inconformidades na entrega por parte dos fornecedores, além da recepção de produtos em estado de decomposição e falhas na distribuição à empresa encarregada da comercialização Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos (PDVAL) (El Nuevo Herald, 2011).

De forma complementar, os jornais da época citam casos de compras venezuelanas de bovinos em pé realizadas com origem no Brasil, assinalando-se super valoração no preço dos animais bovinos importados e nos fretes de transporte, além de casos de empresas fictícias que realizam as compras da Venezuela no contexto do dólar oficial (El Nacional, 2014; Valor Econômico, 2013).

## 5. DISPONIBILIDADE APARENTE BRUTA TOTAL (DABT) DE CARNE BOVINA NA VENEZUELA

O incremento das importações de carne bovina e bovinos em pé que se incorporaram no abate impactou significativamente o aporte da produção nacional proveniente só de animais nascidos e criados na Venezuela na Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT), como se evidencia no Quadro Nº 6. Consequência deste deslocamento, a taxa de penetração das importações (T.P.M.) mostra resultados ascendentes, demonstrando o substantivo incremento da dependência externa de carne bovina, tanto no que concerne o abate de animais em pé quanto de carne *in natura*.

Em média, entre 1997 e 2014, a DABT (em kg/habitante/ano) foi de 17,54 para um máximo de 21,79 kg/habitante/ano em 2008 e um mínimo de 14,73 kg/habitante/ano em 2010. Para o ano de 2014, a DABT foi de 17,59 kg/habitante/ano, inferior à de 1997 que foi de 18,33 kg/habitante/ano. No caso do ano de 2014, dramaticamente,

**Quadro 6.** Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT) de carne bovina na Venezuela no período de 1997 a 2014

Ano	Mil toneladas em equivalente carcaça					D.A.B.T Consumo	Milhares População	kg/habitante/ano			T.P.M
	Produção Total	Importações em Pé	Produção Nacional	Importações	Exportações			D.A.B.T Consumo	Produção Nacional	Importações Totais	
1997	423,00	0,00	423,00	0,59	-	423,59	23.108	18,33	18,31	0,03	0,14%
1998	408,00	24,54	383,46	2,77	-	410,77	23.566	17,43	16,27	1,16	6,65%
1999	392,00	1,42	390,58	2,32	-	394,32	24.023	16,41	16,26	0,16	0,95%
2000	435,00	0,00	435,00	3,63	-	438,63	24.481	17,92	17,77	0,15	0,83%
2001	418,00	1,88	416,12	4,72	-	422,72	24.940	16,95	16,69	0,26	1,56%
2002	428,00	0,00	428,00	6,87	-	434,87	25.399	17,12	16,85	0,27	1,58%
2003	420,00	0,00	420,00	2,12	-	422,12	25.858	16,32	16,24	0,08	0,50%
2004	400,00	0,00	400,00	44,32	-	444,32	26.314	16,89	15,20	1,68	9,97%
2005	405,00	30,34	374,66	33,22	-	438,22	26.769	16,37	14,00	2,37	14,50%
2006	395,00	0,00	395,00	32,29	-	427,29	27.221	15,70	14,51	1,19	7,56%
2007	365,00	91,00	274,00	183,62	-	548,62	27.671	19,83	9,90	9,92	50,06%
2008	305,00	73,61	231,39	307,57	-	612,57	28.117	21,79	8,23	13,56	62,23%
2009	290,00	99,32	190,68	210,50	-	500,50	28.559	17,53	6,68	10,85	61,90%
2010	348,00	150,63	197,37	79,03	-	427,03	28.996	14,73	6,81	7,92	53,78%
2011	345,00	81,40	263,60	157,70	-	502,70	29.428	17,08	8,96	8,13	47,56%
2012	360,00	147,92	212,08	189,09	-	549,09	29.854	18,39	7,10	11,29	61,38%
2013	290,00	169,68	120,32	298,07	-	588,07	30.276	19,42	3,97	15,45	79,54%
2014	270,00	129,02	140,98	269,82	-	539,82	30.694	17,59	4,59	12,99	73,88%
<b>Média</b>	<b>372,06</b>	<b>55,60</b>	<b>316,46</b>	<b>101,57</b>	<b>0,00</b>	<b>473,62</b>	<b>26.960</b>	<b>17,54</b>	<b>12,13</b>	<b>5,41</b>	<b>29,70%</b>

**Fonte:** dados do USDA (2015), IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pelos autores

73,88% da demanda foi coberta com importações. Para contrastar este resultado, em 1997, apenas 0,14% da demanda foi suprida com importações. Deste modo e como mostrado no Gráfico Nº 4, a produção de carne bovina em kg/habitante/ano decresceu de 18,33 kg em 1997 para 4,59 kg em 2014. Ao mesmo tempo as importações em kg/habitante/ano aumentaram de 0,03 kg para 12,99 kg no mesmo período.

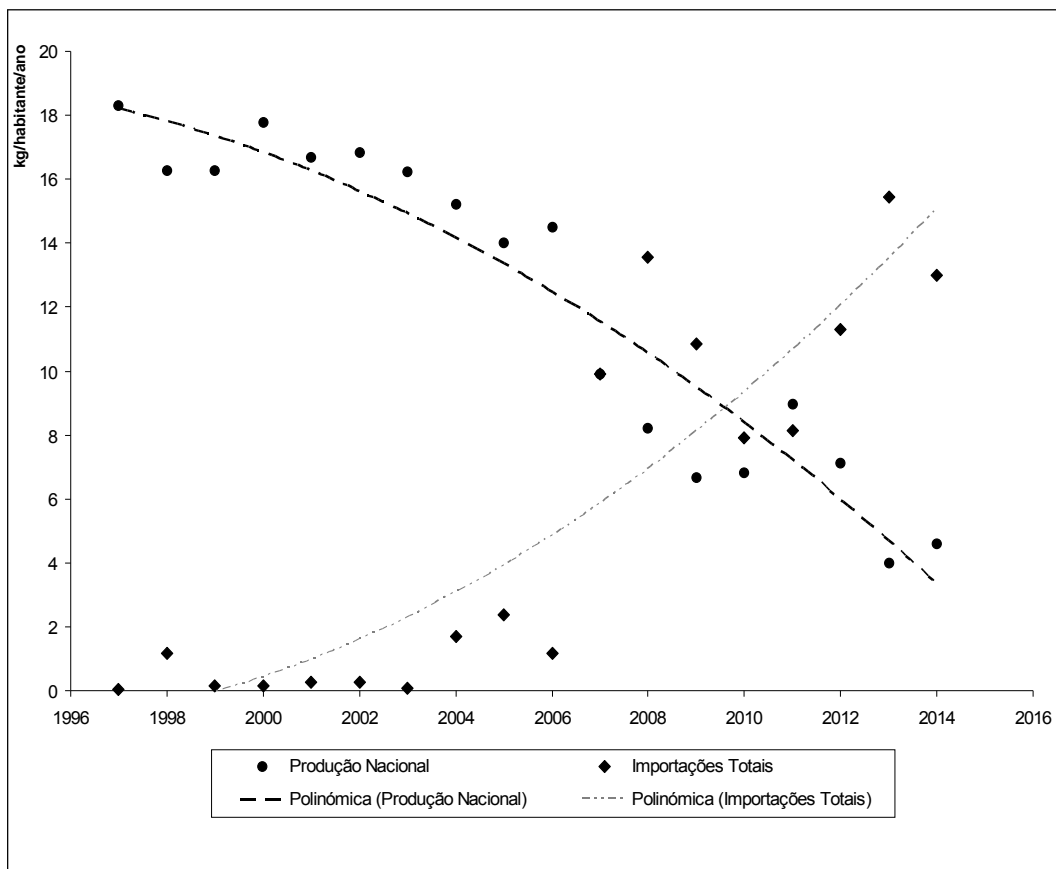
Como se observa no Gráfico Nº 5, entre 2003 e 2014 as importações de carne bovina equivalente (carne in natura e bovinos em pé) cresceram a uma taxa anual de 255%, passando de 2,12 mil toneladas em equivalente carcaça em 2003 para 398,84 mil toneladas em equivalente carcaça no final do período. No ano de 2013 as importações de carne bovina equivalente representaram um máximo de 467,75 mil toneladas em equivalente carcaça, frente

a 120,32 mil toneladas em equivalente carcaça produzidas de bovinos nacionais. Isto significa que 79,54% do abastecimento do mercado doméstico foi realizado através da estratégia de substituição da produção interna por importações junto aos parceiros comerciais.

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

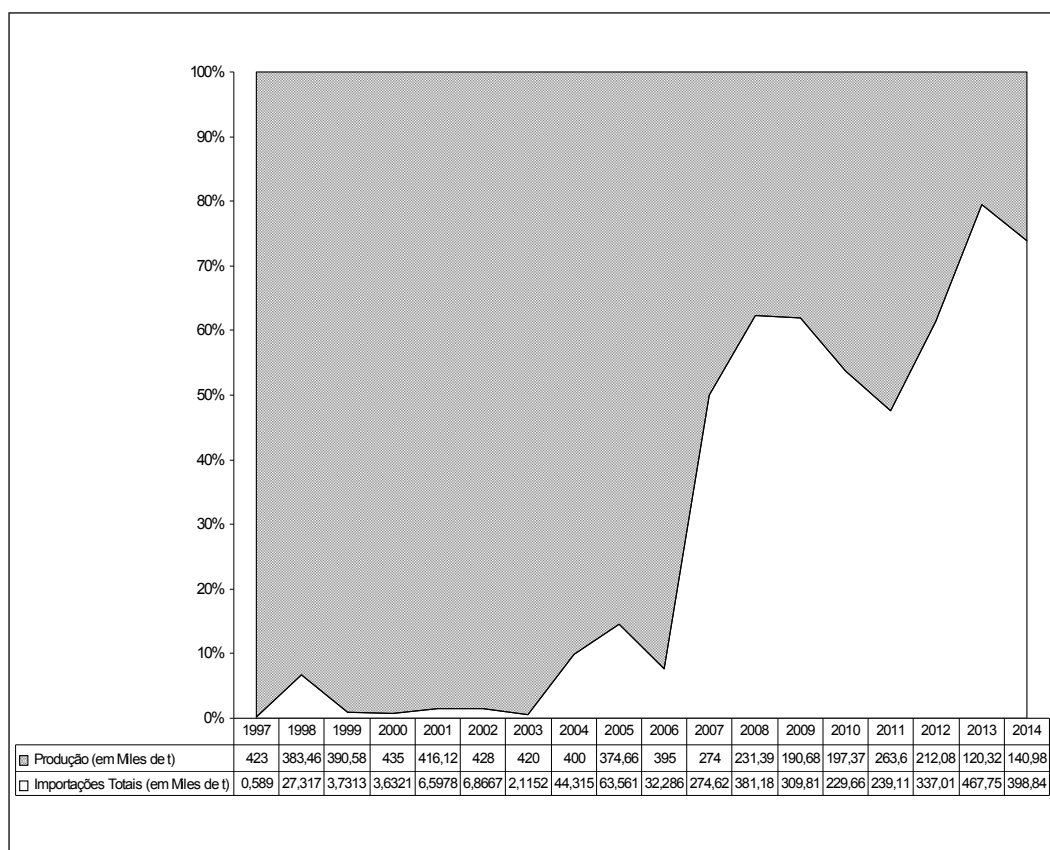
Na Venezuela, o governo que iniciou em 1999 implicou importantes mudanças institucionais que têm sido marcadas por um forte viés intervencionista por parte do Estado em todos os níveis econômicos, com especial ênfase a partir do ano 2003. Essas mudanças têm impactado diretamente o setor agroalimentar, colocando-o, em muitos casos, em situação de vulnerabilidade.

Assim e especificamente, a induzida e desigual competição externa na cadeia de carne bovina neste



**Gráfico 4.** Dispersão da produção nacional de carne bovina venezuelana (em kg/habitante/ano) versus importações totais (em kg/habitante/ano) no período de 1997 a 2014

**Fonte:** dados do USDA (2015), IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pelos autores



**Gráfico 5.** Penetração das importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas equivalente carcaça de bovinos em pé e carne in natura) no período de 1997 a 2014

**Fonte:** dados do IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pelos autores

país tem implicado um aumento, sem precedentes, das importações de carne bovina in natura e de bovinos em pé para abate, incrementadas a partir do ano de 2004. Os reflexos diretos podem ser sentidos na produção doméstica deste produto, tornando-o negocialmente instável e pouco estimulado. Estas importações têm sido favorecidas pelos acordos comerciais assinados com os países do MERCOSUL, majoritariamente, e pelas exonerações de impostos e tarifas para as importações, além dos subsídios implícitos na taxa de câmbio oficial aplicadas para este setor.

É fato que o incremento das importações de carne bovina e bovinos em pé que se incorporaram no abate interno, impactou significativamente na redução da produção nacional proveniente só de animais nascidos e criados na Venezuela. Baseados no conjunto de dados estudados neste trabalho,

fica muito claro afirmar que a Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT) foi afetada diretamente; e, como consequência da política adotada de importação, a taxa de penetração das importações (TPM) mostrou resultados ascendentes, com substantivo incremento da dependência externa de carne bovina para o abastecimento da população venezuelana.

Deste modo e como já discutido, a produção de carne bovina em kg/habitante/ano decresceu de 18,33 kg em 1997 para 4,59 kg em 2014. Ao mesmo tempo, as importações em kg/habitante/ano aumentaram de 0,03 kg para 12,99 kg no mesmo período.

De outro modo, é preciso que fique claro que estas importações foram favorecidas, circunstancialmente, pelo incremento nos preços do petróleo entre os anos de 2003 e 2014, o que



permitiu um maior fluxo de divisas que alavancaram o pacote de políticas fundamentadas no abastecimento via mercado externo. Não obstante, o panorama no mercado internacional do petróleo mudou e se mantém imprevisível nos médio e longo prazos, cujos preços em baixa, desde outubro de 2014, não mais asseguram a manutenção da política de abastecimento adotada até aqui.

Outro aspecto que vale registro é que a política de abastecimento adotada, seja ela na aquisição direta de carne bovina ou com a aquisição de bovinos em pé (para abate), ambas oriundas do exterior, foi viabilizada com um grande incremento do gasto público na tentativa do atendimento das já discutidas missões a preço regulado e sob grande risco de natureza sanitária.

Resultado do abastecimento de carne bovina atendida com origem no exterior derivaram-se casos de corrupção e falhas no adequado armazenamento e distribuição do produto, além do registro de casos de compras venezuelanas de bovinos em pé realizadas com origem no Brasil, assinalando-se super valoração no preço dos animais bovinos importados e nos fretes de transporte. Outro tipo de problema foi detectado em casos de empresas fictícias que realizaram compras da Venezuela no contexto do dólar oficial, com inequívocos reflexos em questões fiscais e cambiais das compras do segmento.

Há ainda que se considerar que um efeito indireto à política de abastecimento adotada coloca o país em situação de alerta geral pela crescente e incalculável projeção de riscos de natureza sanitária. Este possível prejuízo ao patrimônio genético da pecuária venezuelana pode se tornar permanente e de alto de custo de solução quando se considera a possibilidade de contágio do rebanho nacional ao se permitir a outorga de licenças de importação originadas em locais do circuito aftósico em países vizinhos.

Por qualquer lado que se analise a situação, o resultado final é que fica claro que existe um severo risco de desabastecimento de carne bovina para a população no curto e médio prazos, em se mantendo as tendências de mercado descritas neste trabalho. Resumindo, as políticas de importações adotadas, em condições *ceteris paribus*, devem ser consideradas de baixa eficácia estratégica para o futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

- Agenor, P. (1997). Competitiveness and external trade performance of the French manufacturing industry. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 133(1), 103-133.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (02 de abril de 1993). *Acuerdo de Alcance Parcial-Comercial N° 23. Chile-Venezuela*. Montevideo: ALADI.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (18 de outubro de 2004). *Acuerdo de Alcance Parcial de Complementación Económica N°59*. Montevideo: ALADI.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (16 de agosto de 2008). *Acuerdo de Alcance Parcial-Comercial N° 64. Paraguay-Venezuela*. Montevideo: ALADI.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (17 de agosto de 2008). *Acuerdo de Alcance Parcial-Comercial N°63. Uruguay-Venezuela*. Montevideo: ALADI.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (28 de novembro de 2011). *Acuerdo de Alcance Parcial-Comercial N°28. Colombia-Venezuela*. Montevideo: ALADI.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (26 de dezembro de 2012). *Acuerdo de Alcance Parcial-Comercial N°68. Argentina-Venezuela*. Montevideo: ALADI.
- Associação Latino-Americana de Integração, ALADI. (26 de dezembro de 2012). *Acuerdo de Alcance Parcial-Comercial N° 69. Brasil-Venezuela*. Montevideo: ALADI.
- Banco Central de Nicaragua, BCN. (2015). *Estadísticas y Estudios. Sector Externo. Comercio Exterior*. [Base de dados na Internet]. Retirado de <http://www.bcn.gob.ni>
- Banco Central de Venezuela, BCV. (2015). *Información Estadística. Banco Central de Venezuela. Base de datos na Internet*. Recuperado de <http://www.bcv.org.ve>
- Bejarano, J. (1999). Elementos para un enfoque de la competitividad en el sector agropecuario. Bogotá: Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA), Serie Competitividad, N° 3.

- Caballero, J., Quieti, M. & Maetz, M. (2000). Algunas teorías y conceptos básicos del comercio internacional. Em: FAO (Ed.), *Las negociaciones comerciales multilaterales sobre la agricultura. Manual de Referencia* (pp. 1-33). Retirado de <http://www.fao.org/docrep/003/X7351S/X7351S00.HTM>
- Collins, S. (1991). Taxas de câmbio múltiplas, controles de capitais e política cambial. Em: Dornbusch, R. & Leslie, F. (Eds.), *Economía abierta. Instrumentos de política económica nos países em via de desenvolvimento* (pp. 137-174). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- El Nacional. (17 de julho de 2014). Detectan sobreprecio de 60% en ganado importado. *El Nacional*. Retirado de <http://bitly.com/1oZTPbk>
- El Nuevo Herald. (17 de marzo de 2011). Auditor de PDVAL alertó de irregularidades en importación de alimentos de PDVAL. El Nuevo Herald. Retirado de <http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article2013704.html>
- Fernández, D. (2013). Indicadores de comercio exterior y dinamismo comercial. Aplicación para Uruguay en el período 1997 al 2012. Montevideo: Facultad de Ciencias Económicas.
- Gaceta Ganadera. (2011). Boletín mensual de intercambio de información agropecuaria de Venezuela. Caracas: Gaceta Ganadera.
- Gibbs, M. (2007). Política comercial. Nueva York: ONU-DAES, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. Retirado de [https://esa.un.org/techcoop/documents/Trade\\_Spanish.pdf](https://esa.un.org/techcoop/documents/Trade_Spanish.pdf)
- Gutiérrez, A. & Ordóñez, J. (2011). Evolución reciente y situación actual del sistema alimentario venezolano (SAV). Mérida (Venezuela): Universidad de Los Andes, Corporación Parque Tecnológico de Mérida (CPTM). Retirado de [http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/36872/1/Doc\\_Gutierrez\\_Ordo%C3%B1ez\\_2011\\_SAV.pdf](http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/36872/1/Doc_Gutierrez_Ordo%C3%B1ez_2011_SAV.pdf)
- Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina, IPCVA. (2015). Estadísticas. [Base de datos na Internet]. Retirado de <http://www.ipcva.com.ar/>
- Juárez, H, García, V. (2000). Indicadores de competitividad en un contexto de apertura e integración. Córdoba: Instituto de Economía y Finanzas. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de Córdoba.
- Konandreas, P. (2000). Comercio y seguridad alimentaria: opciones para los países en desarrollo. Em: (FAO (Ed.), *Las negociaciones comerciales multilaterales sobre la agricultura. Manual de Referencia*. Retirado de <http://www.fao.org/docrep/003/X7351S/X7351S00.HTM>
- Morales, A. (2012). La política de control de precios de bienes agroalimentarios desde la perspectiva neoinstitucional. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, XVIII(2), 103-128.
- Organização Internacional de Epizootias, OIE. (2015). Mapa del status oficial de fiebre aftosa. Retirado de <http://www.oie.int/es/sanidad-animal-en-el-mundo/estados-sanitario-oficial/fiebre-aftosa/es-fmd-carte/>
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, FAO. (2002). Producción agrícola y producción alimentaria. Em: *Agua y cultivos, logrando el uso óptimo del agua en la agricultura*. Retirado de <http://www.fao.org/docrep/005/Y3918S/y3918s00.htm#TopOfPage>
- Recalde, M. & Barraud, A. (2002). Competitividad de la carne vacuna en Argentina. *Actualidad Económica*, (52) 14-22.
- República Bolivariana de Venezuela. Asamblea Nacional. (26 de abril de 2006). *Ley Reforma Parcial de la Ley que Establece el Impuesto al Valor Agregado*. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 38.424.
- República de Venezuela. Presidencia de la República. (17 de junho de 1999). *Ley Orgánica de Aduanas*. Gaceta Oficial de la República de Venezuela N° 5.353.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (09 de julho de 2003). *Decreto N° 2.302, mediante el cual se crea la Comisión de Administración de Divisas (CADIVI)*. Gaceta Oficial N° 37.625.

- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (23 de junho de 2003). *Resolución N°085, mediante la cual se concede la exoneración total de los impuestos a la importación de los productos considerados como de primera necesidad que en ella se señalan*. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 37.717.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (09 de julho de 2003). *Resolución N°088, mediante la cual se dispone que a los fines de que la Comisión de Administración de Divisas (CADIVI), otorgue la autorización para la adquisición de divisas, se determinan en lista anexa, los bienes y productos de uso agropecuario con fines de seguridad alimentaria*. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 37.728.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (26 de fevereiro de 2007). *Ley de Reforma de la Reforma Parcial de la Ley que Establece el Impuesto al Valor Agregado*. [Decreto N° 5.212 ]. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 38.632.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (03 de junho de 2008). *Ley de Salud Agrícola Integral*. [Decreto N° 6.129]. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 5.890.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (31 de julho de 2008). *Ley Orgánica de Seguridad y Soberanía Agroalimentaria*. [Decreto N° 6.071]. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 5.889.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (23 de abril de 2014). *Decreto N° 928 Mediante el cual se establece la agilización de los trámites administrativos y procedimientos operativos requeridos en el ordenamiento jurídico vigente para efectuar las importaciones de los productos terminados, insumos y materia prima que en él se indican requeridos para asegurar el abastecimiento nacional y el suministro oportuno de bienes esenciales para la vida, la salud y la alimentación digna de las venezolanas y los venezolanos*. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 40.397.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (18 de novembro de 2014). *Ley de Reforma de la Reforma Parcial de la Ley que Establece el Impuesto al Valor Agregado*. [Decreto N° 1.436]. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 6.152.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (19 de novembro de 2014). *Ley de Reforma de la Ley Orgánica de Aduanas*. [Decreto N° 1.416]. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 6.155.
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia de la República. (28 de agosto de 2015). *Resolución Conjunta mediante la cual se califica de bienes de primera necesidad o de consumo masivo a los efectos del beneficio previsto en el Artículo 127 del Decreto N°1.416 de fecha 13 de noviembre de 2014 con Rango, Valor y Fuerza de Ley Orgánica de Aduanas, publicado en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N°6.155 de 19 de noviembre de 2014, las mercancías correspondientes a la subpartida del Arancel de Aduanas, que en ella se indican*. Gaceta Oficial N° 40.734.
- República de Colombia. Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales, DIAN. (2015). *Sistema Estadístico de Comercio Exterior (SIEEX)*. Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales. [Base de datos na Internet]. Retirado de <http://websiex.dian.gov.co/>
- Republica Federativa do Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC. (2015). *AliceWeb.Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior*. São Paulo: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [Base de dados na Internet]. Recuperado de <http://aliceweb.mdic.gov.br/>
- Republica Federativa do Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC. (2016). *AliceWeb.Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior*. São Paulo: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [Base de dados na Internet]. Recuperado de <http://aliceweb.mdic.gov.br/>

República Oriental del Uruguay. Instituto Nacional de Carnes, INAC. (2006). *Propuesta de nuevos coeficientes peso canal para las exportaciones de carne vacuna*. Retirado de [http://www.inac.gub.uy/innovaportal/file/3019/1/informe\\_cpc\\_v3.pdf](http://www.inac.gub.uy/innovaportal/file/3019/1/informe_cpc_v3.pdf)

República Oriental del Uruguay. Instituto Nacional de Carnes, INAC. (2015). *Tabla dinámica de exportaciones por mercado, destino y producto*. [Base de datos na Internet]. Retirado de <http://www.inac.gub.uy/>

United States Department of Agriculture, USDA. (2015). *Production, supply and distribution*. [Base de datos na Internet]. Washington: Foreign Agriculture Service. Retirado de <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdquery.aspx>

Valor Econômico. (2013). *PF deflagra «Operação Berrante» contra fraude em exportações de gado*. Recuperado de <http://www.valor.com.br/agro/3317014/pf-deflagra-operacao-berrante-contra-fraudes-em-exportacoes-de-gado>